

Reforma resgata ensino técnico, diz economista

Para Cláudio Moura Castro, escolas federais deixaram de formar mão-de-obra especializada

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Cerca de cem mil dos mais de 5 milhões de alunos do 2º grau no Brasil estão em escolas técnicas federais. Há aproximadamente uma centena delas espalhadas pelo País. Dois terços delas estão voltadas para a formação de mão-de-obra especializada para a indústria e um terço, para a agropecuária. A qualidade do ensino é incomparavelmente melhor do que a dos demais colégios da rede pública. Mas há um problema: elas não formam técnicos.

Quase todos os seus alunos as procuram pensando em receber formação acadêmica de bom nível. Depois do diploma, pelo menos dois terços disputam com sucesso vagas nos cursos das melhores universidades públicas. O resultado é que o dinheiro público investido no que deveria ser um programa de formação de técnicos, dos quais o País desesperadamente necessita, acaba ajudando a preparar novos profissionais liberais em áreas já saturadas.

Para corrigir a situação, recentemente o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, baixou portaria separando a parte técnica da acadêmica nas escolas federais. A educação profissionalizante será oferecida agora como um curso preferivelmente de nível pós-secundário, mais curto, e terá como objetivo não só um diploma, mas a formação de mão-de-obra especializada requerida pelo mercado.

Paternidade — O diagnóstico do problema e a solução partiram de Cláudio de Moura Castro. Economista mineiro de 58 anos com longa carreira acadêmica e no setor público no Brasil e no exterior, Moura Castro é chefe da Divisão de Programas Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington. Amigo e conselheiro do ministro da Educação, assume a paternidade da idéia sem medo das críticas que a mudança vem provocando.

“Enfrentamos um fenômeno do tipo se correr o bicho pega, se ficar o bicho come na educação profissionalizante no Brasil”, diz, em sua sala abarrotada de relatórios no BID, onde guarda umas das provas de seu interesse pessoal pelo tema. Embora tenha cursos de pós-graduação das universidade de Yale e Vanderbilt, o único diploma que exhibe é o de radiotécnica, do Instituto Técnico Monitor, que fez pelo correio em 1955 e

usou para ganhar dinheiro consertando rádios e vitrolas no início da vida profissional, nos anos 60.

“Houve um enorme esforço de aprimoramento das escolas técnicas a partir dos anos 70”, disse ele. “Isso levou a uma melhora não só do ensino técnico, mas também do ensino acadêmico tradicional que essas escolas ofereciam.” O resultado é que as federais passaram a oferecer um ensino acadêmico “tão bom ou melhor” do que as melhores escolas privadas de elite. “Aconteceu o que eu apontava na minha tese de doutorado, nos anos 70: as técnicas federais tornaram-se excelentes escolas acadêmicas, foram capturadas pela classe média alta e se elitizaram.”

Distorção — O acesso a elas passou a ser decidido em vestibulinhos em que alunos vindos de boas escolas particulares tinham mais chances de passar, num processo que reproduz a distorção do que ocorre nas melhores universidade públicas brasileiras, onde a esmagadora maioria dos alunos é oriunda das escolas particulares. Com uma agravante, no caso das escolas técnicas, lembra o economista. “Elas deixaram de cumprir sua função original, que era a de preparar mão-de-obra intermediária de bom nível e passaram a formar candidatos para o vestibular, a um custo de US\$ 4,5 mil por aluno, por ano.” Em resumo, “pagava-se por uma escola técnica e obtinha-se apenas um Pedro II”, disse ele, referindo-se ao excelente colégio público que existiu no Rio de Janeiro no tempo em que a cidade era a capital da República. De fato, estudo recente mostrou que entre as dez escolas secundárias de São Paulo que melhor preparam seus alunos para o vestibular, está a Escola Técnica Federal paulista.

“Este é o primeiro governo que teve a coragem de reconhecer o problema e enfrentar o custo político de iniciar uma mudança”, afirmou Moura Castro. Ele confia na capacidade das escolas técnicas em redescobrir sua missão. Para aumentar as chances de que isso aconteça, trabalha na negociação de um empréstimo de centenas de milhões de dólares que o MEC pediu ao BID para avançar mais rapidamente na reforma do ensino profissionalizante.

Para o economista, o diagnóstico está claro. “O aumento da procura pela parte acadêmica das escolas técnicas federais levou-as a distanciar-se do mercado de trabalho”, disse. “Com exceções, seus cursos não são de primeira linha e não têm o padrão das escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR).”

REDE FEDERAL
ESPECIALIZOU-SE
EM PREPARAR
VESTIBULANDOS